

Carlos Antônio Leite
Brandão

P

OR *que* ESTUDAR HISTÓRIA DA ARQUITETURA?

RESUMO

A partir das discussões realizadas no Colóquio Internacional “Na gênese das racionalidades modernas: em torno de Alberti” (IEAT/NPGAU/Escola de Arquitetura/UFMG, Belo Horizonte, abril/2011), o presente trabalho dedica-se a pensar a razão de se estudar história da Arquitetura, diante do ensino de Arquitetura e Urbanismo, e diante da própria prática do projeto e da arte de edificar. A princípio, sistematizaremos dez razões para isto. Elas vão desde a necessidade de fazer justiça às possibilidades que a realização de um projeto de Arquitetura e Urbanismo nos abrem, até a necessidade de conferir novos parâmetros à criação e ao ensino de Arquitetura e Urbanismo, introduzir a especificidade de sua racionalidade, de sua linguagem e de seu discurso, e limitar nossa impulsiva aderência ao contingente e ao local. Os problemas a serem resolvidos por um projeto vão além dessas demandas, e dialogam com um contexto e uma tradição que não se apresentam de imediato. É para estabelecer esse diálogo que serve a história da Arquitetura, em valências outras que lhes deram o modernismo e o pós-modernismo.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura (História), história da arquitetura, Leon Battista Alberti, projeto e história da Arquitetura, transtemporalidade, Colóquio Internacional Leon Battista Alberti, *De Re Aedificatoria*.

¿POR QUÉ ESTUDIAR LA HISTORIA DE LA ARQUITECTURA?

pós- | 027

RESUMEN

A partir de las discusiones que se han realizado en la Conferencia Internacional “En la génesis de las racionalidades modernas: en torno de Alberti” (IEAT/NPGAU/Escuela de Arquitectura/UFGM, Belo Horizonte, abril/2011), este trabajo se dedica a reflexionar sobre la razón para estudiar la historia de la arquitectura, ante la enseñanza de la Arquitectura y el Urbanismo y también frente a la propia práctica del proyecto y el arte del edificar. En principio, se han sistematizado diez razones como respuesta. Ellas van desde la necesidad de hacer justicia a las posibilidades abiertas por la realización de un proyecto de Arquitectura y Urbanismo, hasta la necesidad de proporcionar nuevos parámetros a la creación y la enseñanza de esas disciplinas, introducir la especificidad de su racionalidad, su lenguaje y su discurso y limitar nuestra impulsiva adherencia a lo contingente y lo local. Los problemas que un proyecto deben resolver van más allá de estas demandas y hacen diálogo con un contexto y una tradición que no se presentan de inmediato. Es para establecer tal diálogo, que sirve la historia de la Arquitectura, en valencias distintas, que le han dado el modernismo y el posmodernismo.

PALABRAS CLAVE

Historia de la Arquitectura, Leon Battista Alberti, proyecto y historia de la Arquitectura, transtemporalidad, Conferencia Internacional Leon Battista Alberti, *De Re Aedificatoria*.

WHY STUDY THE HISTORY OF ARCHITECTURE?

ABSTRACT

Based on the discussions held at the International Colloquium “The Genesis of modern rationalities: Around Alberti” (IEAT/ NPGAU/School of Architecture/UFGM, Belo Horizonte, April 2011), this article investigates the reasons for studying the history of architecture, considering the teaching of architecture and urbanism, the design practice, and the art of building. This author first provides ten reasons for doing so, ranging from the need to do justice to the possibilities revealed by a project of architecture and urbanism to the need to give new parameters for the creation and teaching of architecture and urbanism by introducing the specificity of its rationality, its language, and its speech and limiting our impulsive adherence to what is contingent and to the location. The problems to be solved by a project go beyond these demands and dialogue with a context and tradition that do not present themselves immediately. The history of architecture is valuable to the purpose of establishing this dialogue in the varied meanings which were given to it through Modernism and Postmodernism.

KEY WORDS

History of architecture, Leon Battista Alberti, design and architecture history, transtemporal, Leon Battista Alberti's International Colloquium, *De Re aedificatoria*.

À professora e amiga Maria Lucia Malard

POR QUE ESTUDAR HISTÓRIA DA ARQUITETURA?

O Colóquio Internacional “Na gênese das racionalidades modernas: em torno de Alberti”, realizado em Belo Horizonte (abril/2011) e promovido pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, pelo grupo Arquitetura, Humanismo e República e pela *Société Internationale Leon Battista Alberti* (Silba), visou principalmente difundir os estudos sobre Leon Battista Alberti entre os pesquisadores brasileiros; promover o intercâmbio e o desenvolvimento de pesquisas internacionais conjuntas entre esses pesquisadores e parceiros franceses, italianos, portugueses e ingleses, referentes a este humanista e arquiteto; investigar a atualidade de sua obra no quadro da produção contemporânea dos edifícios e cidades; investigar as origens, caminhos e descaminhos da racionalidade, do saber, da técnica, da tecnologia, da ciência e da arte na modernidade; especular sobre a ajuda que Alberti oferece para pensar o mundo atual dos dois lados do Atlântico; estudar os mecanismos de transmissão e tradução de sua obra; enfocar os principais tópicos relativos à Arquitetura e ao Urbanismo, tais como o decoro, o ornamento, os contextos espaciais, temporais e antropológicos em que edificamos ou não, as relações entre ética, estética, Arquitetura e Urbanismo, e, finalmente, refletir sobre as principais componentes do conhecimento afeto ao nosso ofício, tais como o projeto, a técnica, a filosofia, a teoria e a história.¹

Logo na primeira sessão, umas das mais seminais de todo o colóquio e dedicada a investigar os estatutos da ética, da técnica e das racionalidades exigidas pelo projeto arquitetônico e pelo pensamento científico, emergiu a questão sobre qual a real necessidade do estudo da história da Arquitetura, para a produção do espaço edificado. Tal questão surgiu a propósito da desconfiança, então manifesta, de que, *strictu sensu* falando, esse estudo seria inútil.

Trata-se de pergunta capital e que deve ser sempre meditada, sobretudo por um professor de história da Arquitetura, como eu, em crise com a utilidade do que ensina e do baixo apelo que o estudo da história da Arquitetura parece suscitar, em tempos de tantas construções e de tanto predomínio do pensamento utilitarista. Além disso, essa pergunta questionava o próprio sentido daquele evento, que tanto havia exigido de mim durante o ano de 2010, quando interagia com os pesquisadores da SILBA, ao desenvolver um estágio pós-doutoral apoiado pela CAPES. Qual a utilidade de Alberti e seu *De re aedificatoria*, hoje? Por que examinar os objetos arquitetônicos e os espaços urbanos mediante categorias antigas, como o *decorum*, os *ornamenta* e a *grazia*,

¹ Este artigo integra a produção de nossa pesquisa sobre a atualidade do *De re aedificatoria*, de L. B. Alberti, desenvolvida junto ao CNPq. Além disso, ele decorre dos trabalhos realizados em nosso estágio sênior junto à Fondation Maison des Sciences de l'Homme (Paris, 2010/2011), apoiado pela CAPES. Encontra-se no prelo a edição dos anais do referido colóquio, prevista pela Editora da UFMG para o início de 2013.

referidos por Alberti? Os arquitetos responderam a tal pergunta de várias formas. A se considerar a prática modernista e a formação e currículos difundidos a partir da Bauhaus, tende-se a conceder pouca ou nenhuma relevância ao estudo da história da Arquitetura, inclusive no Brasil, apesar de obras capitais, como as de Giedion, Zevi e Norberg-Schulz.² Contrariando isto, e em nome de uma superficial recontextualização da prática projetiva, os pós-modernistas, principalmente os da corrente eclética e historicista, retomaram os estudos da história, até fetichizá-la e reduzir-na a um catálogo de formas estilizadas e usadas arbitrariamente, para esconder a falta de estilo e discernimento de nosso tempo.³

Uma mínima noção do sentido da história e do senso de historicidade rejeita tal abordagem pós-modernista. Rejeitei-a, também, quando iniciei minha carreira docente, mesmo vendo arquitetos aplicarem-na entre nós, e os estudantes copiarem, sem a mínima crítica e interpretação, frontões, capitéis, colunas, frisos e decorações completamente anacrônicas e sem a menor ligação com o contexto histórico, social e físico. Era isto que a eles parecia revolucionário, na superação de um funcionalismo tornado burocrático e banal. Ainda hoje, erguem-se arranha-céus que se utilizam do repertório clássico e barroco para conotar um poder, uma distinção e uma riqueza, vendidos juntos com espaços completamente banais. Os vários modos como a história da Arquitetura respondeu àquela questão levantada no colóquio indicavam, simultaneamente, um modo de produzir e de valorar os edifícios e as cidades, em suas várias épocas.

Antes de não sentir-me em crise, eu também dava a esta questão algumas respostas que me bastavam naquele momento, mas não mais agora. Eram respostas que, ainda hoje, acredito serem pertinentes, mas não mais suficientes. Considerava importante, por exemplo, o estudo da história da Arquitetura manter-se desatrelado do ensino do projeto, ao contrário do que eu pensava, e ainda hoje penso, sobre a teoria da Arquitetura – a qual não vejo como desligada dos problemas projetuais concretos, na vida acadêmica e profissional –, de modo a evitar aquela instrumentalização pós-modernista. Além disso, via no ensino da história da Arquitetura, sobretudo no início da formação discente, o melhor meio para se introduzir uma linguagem da Arquitetura capaz de ser conjugada e articulada de várias maneiras, tal como fazemos com a sintaxe e a gramática da língua que falamos, mediante a crítica e a contextualização no tempo, no espaço e na cultura. Além disso, estudar história da Arquitetura permitia ultrapassar a formação tecnicista e cultivar o cidadão, dialogar com os outros campos da cultura e do saber, e conferir ao estudante uma universalidade, por meio da qual abrir espaço não apenas para o profissional, mas também para o “humanista”.

Como dito, considero tais razões ainda capazes de, por si só, manterem o estudo da história da Arquitetura com um sentido próprio e insubstituível. Contudo, talvez até mesmo pela atual falta de apelo que este estudo me parece receber da comunidade de arquitetos e urbanistas, convém aprofundar tais razões e conquistar outras, inclusive com o auxílio de Alberti e seu diálogo difícil e crítico com seu predecessor, Vitruvius, cujo comentário lhe fora solicitado, mas que acaba dando origem a uma obra completamente diversa e uma das mais importantes da literatura sobre a “arte de edificar”: o *De Re Aedificatoria*.⁴

² Cf. as obras capitais desses autores, na bibliografia anexa.

³ Cf. TAFURI, Manfredo. *Teorias e história da Arquitetura*.

⁴ A edição por nós estudada é a bilingue latim/italiano, com tradução de Giovanni Orlandi: ALBERTI, Leon Battista. *De re aedificatoria*. L'architettura (a cura de Renato Bonelli e Paolo Portoghesi). Trad. Giovanni Orlandi. Milano: Il Polifilo, 1966. Cumpre recomendar, ainda, as edições em inglês e francês desse tratado: *Ten Books on Architecture* (a cura de Joseph Rykwert). Trad. James Leoni: Alec Tiranti, 1995, e *L'art de bâtir*. Trad. Françoise Choay e Pierre Caye. Paris: Seuil, 2005. Em português foi lançada, em 2011, o *Da Arte Edificatória*, tradução feita por Arnaldo Monteiro do Espírito Santo, revista pelo prof. Mário Krüger e editada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Saudamos, desde já, a inédita edição brasileira desse tratado, a cargo da Editora Hedra, a qual preencherá lacuna crucial em nossa historiografia.

São dez as razões que desenvolvo aqui. A primeira razão para o estudo da história da Arquitetura (o qual é sempre articulado com uma teoria e filosofia da mesma) é porque ele dilata e aprofunda nosso entendimento dos próprios conceitos antigos, e testa a potencialidade deles para a compreensão do contemporâneo. De um lado, os problemas atuais da produção do espaço construído podem ser redimensionados, mediante seu questionamento por meio de conceitos antigos, como os de *decoro*, *convenientia*, *urbs*, *res publica* ou *polis*. Por outro lado – na medida em que a história da Arquitetura não se faz por substituição de estilos ou conceitos, mas pelo aprofundamento e ressemantização ampliada dos mesmos –, estes próprios conceitos se veem transformados, adquirem frescor e vitalidade, e não se congelam numa história morta, como a que encontramos nos museus ou na cidade pensada como museu, por mais espetacular e contemporânea que sua imagem possa ser. Uma história viva dos conceitos, como aqueles que acabamos de mencionar, ainda está por ser feita.⁵ Este contágio entre os conceitos antigos, especialmente os formulados na tratadística clássica, e o quadro atual da produção de edifícios e cidades conforma o que estamos chamando de “transtemporalidade”, ambiente no qual friccionamos abrupta e contiguamente tempos, espaços, culturas e disciplinas distintas e distantes, para fermentar sentidos antes insuspeitados.⁶ Sem o contágio entre tais contextos, não poderíamos testar e provar tanto a universalidade dos conceitos transmitidos pela história, quanto a penetração e consistência daquilo que fazemos, não só para responder às demandas imediatas de nosso presente, como também para responder e atravessar o máximo de tempos possíveis. O que condiz ao nosso ofício e aos custos e sacrifícios que ele requer, muitas vezes de várias gerações.

A segunda razão é um detalhamento da anterior, no sentido de que este trabalho de fricção, obtido pelas diferenças e mesmo oposições entre contextos, permite precisar o sentido original dos próprios conceitos. Ao estudarmos o conceito barroco de “graça”, por exemplo, acabaríamos por ter de entender melhor o que seria próprio à “graça” de Horácio, ou à “graça” de Leonardo. É a diferença de utilização deste conceito, e não sua semelhança, nos três momentos apontados, o que serve melhor para a compreensão de cada um deles, tanto no que têm de comum, quanto no que têm de específico. Da mesma forma, é sobretudo pelo que o diferencia da Antiguidade Clássica, e não pelo que tem de comum com ela, que melhor se compreende o Renascimento.

Ao estudar a história da Arquitetura, encontramos os conceitos “clássicos” que a tratadística explicitará, geralmente depois de eles serem praticados nos canteiros ou nas oficinas, tais como os de *firmitas*, *utilitas*, *commoditas*, *venustas*, *convenientia*, *decoro*, *ornamenta*, *concinnitas*, *ingegno*, *mimesis*, *disegno*, *symetria*, *urbs*, *polis*, *arché* e tantos outros. Enquanto clássicos, tais conceitos guardam em si, tal como uma obra clássica de literatura ou de Arquitetura, como o *De Re Aedificatoria* e o *Pantheon*, milhentas possibilidades de sentido, que só se desvelam diante da posteridade ou diante do “olhar outro” que se aplica sobre ele. Assim, o sentido que o *Parthenon* teve para um grego não é o mesmo que teve para os romanos, para a Idade Média, para os Renascentistas, para os Neoclássicos, para Le Corbusier, para Bruno Zevi, ou para Norberg-Schulz. É essa capacidade de doar vários sentidos a vários intérpretes que faz dele um clássico e uma matéria-prima que serve para as axiologias que cada época

⁵ Para uma introdução à “história conceitual”, recomendamos a coletânea de artigos de Reinhardt Koselleck intitulada *Futuro Passado*, e os artigos de Bernard Lepetit, reunidos por Heliana Salgueiro em *Por uma nova história urbana*.

⁶ Para uma rápida apresentação da “transtemporalidade” como procedimento historiográfico, ver BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. “Transtemporalidade (conclusão e conferência)”.

elabora para o espaço que pretende construir. A Bruno Zevi, interessava promover o *Parthenon* enquanto escultura, para poder legitimar a abordagem funcionalista que lhe era contemporânea. Mas a Norberg-Schulz, num tempo onde se colocava como grande problema a falta de contextualização e identidade dos projetos do funcionalismo, a resposta era completamente diferente: o *Parthenon* parecia-lhe o elemento estruturador de toda a paisagem e da conformação do homem e do mundo grego, tal como a estrutura física da urbe democrática grega para J. P. Vernant.⁷

Um quarto ponto depreende-se do anterior. Estudar a história implica eleger os clássicos. E os clássicos são capazes de compreender os casos particulares, mas estes não são capazes de compreender os clássicos e o universal, tal como também ocorre na literatura. Este ponto, contudo, talvez seja melhor reservarmos para um outro texto, inspirado na obra de Calvino: *Por que ler os Clássicos*. Prometemo-lo para breve.

Uma quinta razão depreende-se do método de criação albertiano, mas que também poderia ser levada a Shakespeare ou à criação de roteiros no cinema atual. Este método é o da “reescritura”, que se fundamenta nas palavras de Terêncio (*Eunuchus*, 41), repetidas por Alberti ao longo de sua obra: *nihil dictum quin prius dictum*, nada há a ser dito que já não o tenha sido antes.⁸ É preciso sempre reescrever os conceitos, tendo em vista o nosso presente. Essa reescritura é uma espécie de remontagem e miscigenação deles. Reescrevendo-os, “salvamo-los”, para utilizar um termo de Walter Benjamin, em *A origem do drama barroco alemão*. Salvamo-los da ruína, ou os resgatamos das ruínas em que se encontram, sobretudo das ruínas de seu próprio sentido, esfacelado. É desta forma que Alberti “salva” Vitruvius, mesmo criticando-o asperamente, como no início do sexto livro do *De Re Aedificatoria*, ao ver seu antecessor romano como incompreensível, inútil e quase como se não tivesse escrito nada. Antes de Alberti, Vitruvius encontrava-se algo morto, mesmo que conhecido na Idade Média, como em Isidoro de Sevilha, congelado ou encerrado em si mesmo. Estudar história da Arquitetura não se legitima apenas pelo que ela nos aporta, mas também pelo que a ela levamos. E o que mais levamos a ela é um olhar vivificante, como o que alimenta a reescritura albertiana. Reescrever a história e seus elementos contemporâneos não é apenas modo de aprofundá-la e reconstruí-la segundo nossos horizontes, os quais são distintos das épocas anteriores: é o meio de dar vida à própria história, se não a quisermos congelada, ou reduzida a um catálogo de formas ou de casos eruditos, que servem mais para entretenimento em chás e cafés culturais, do que para a constituição da história e do tempo como o lugar em que verdadeira e primeiramente habitamos, antes mesmo do próprio espaço. Além disso, essa reescritura, como operação historiográfica, coaduna-se também com outras possibilidades de se pensar a criação e o projeto arquitetônicos, como ao se desenvolver mecanismos de autoria coletiva e participativa, ou conceber a atividade projetual como hermenêutica e interpretação crítica do contexto. Trata-se de ver esta criação em chave outra, que não a do mito da originalidade e da expressividade, preponderante no *starsystem* e nas faculdades de Arquitetura contemporâneas. Esta visão – cujos fundamentos repousam na sobrevalorização do “gênio” sobre o *ingegno*, empreendida no início da era moderna, quando os habitantes dos burgos e as cidades ainda se consolidavam, frente ao hierárquico

⁷ Deste autor, ver *As origens do pensamento grego*.

⁸ Cf. ALBERTI, Leon Battista. *Profugiorum ab erumna libri*, p. 50 - 82.

mundo feudal – prejudica o vetor público que deve fundar e orientar as edificações na *polis*, mesmo que seu cliente seja privado, sobretudo quando essa *polis* encontra-se em vias de falecer e de ser substituída por uma outra estrutura, à qual ainda não sabemos dar nome. Arquitetura não se confunde com artes plásticas e expressão da subjetividade, nem em seu processo e produto, nem em seu autor, em sua origem e seu discurso. Também para essa distinção, serve o estudo de sua história.

Além disso, o projeto de Arquitetura não serve apenas para antecipar e definir a edificação futura. Ele já é, em sua elaboração, instrumento para construir a integração entre os vários atores envolvidos nessa edificação (arquiteto, engenheiros, sociólogos, clientes, financiadores, parceiros, vizinhos, comunidades, operários e outros), e de nosso tempo com o passado e com o futuro. Não convém desperdiçar essa oportunidade, que só o projeto arquitetônico e urbanístico possibilita, pois é ela o fundamento da constituição dos laços da *res publica*, uma *res publica* que estabelece laços não apenas com os vivos, mas também com aqueles que nos precederam e que nos sucederão. Estudar história, portanto, se justifica também pelas próprias possibilidades abertas pelo exercício da Arquitetura, do Urbanismo e de seus projetos, de modo a fazer-lhe justiça e tirar dele tudo o que ele nos convida a explorar e tudo o que ele nos oferece e permite, já antes de a obra começar a ser construída. Não fazê-lo seria como que reduzi-lo, amesquinhá-lo, encolhê-lo. Isto seria como se, ao fazer um curso de Arquitetura, um mestrado e um doutorado numa boa universidade, nos limitássemos apenas a colher informações estritamente úteis ao diploma, à dissertação ou à tese. Perderíamos a oportunidade de experimentar o sabor de toda uma república de saberes, colocada à disposição de nossas potencialidades e liberdades.

A sétima razão deste estudo da história refere-se também à “transtemporalidade”, muitas vezes descartada e vista como ameaçadora da própria historiografia, devido ao risco da anacronia que ela poderia facultar. Contudo, se não realizarmos uma certa anacronia e transtemporalidade, e se não promovermos um certo “estranhamento” do olhar, os conceitos e as obras passam a ter validade somente num determinado tempo, e acabarão por serem substituídos por outros, de prazo de validade cada vez mais reduzido, sobretudo num tempo de obsolescências tão programadas e imediatas, como o nosso. Favorecendo esse processo incessante e infinito de substituição, acabaríamos nos comportando como na história das ciências da natureza e das técnicas. Essa história se faz por substituição das teorias e conceitos científicos, como bem mostra Gaston Bachelard, em seus escritos epistemológicos. Mas a história das ciências do espírito, que lida com conceitos universais, se faz, como já dissemos, por aprofundamento e ressemantização, e não por substituição, assim como os capitéis e ordens romanas, como a coríntia não são substituídos no paleocristão. Ao contrário, eles persistem, embora reescritos em frases diferentes, conforme a sintaxe do edifício e da cultura cristã primitiva. Um dos erros da teoria modernista foi justamente apagar conceitos, tais como o decoro e a graça, em vez de aprofundá-los, reescrevê-los e fazê-los conviver com outros, tal como a coluna coríntia foi reinscrita e conviveu com novas ordens, novas escalas, novas técnicas construtivas e novas concepção do absoluto, do mundo, do ser humano e do espaço que posicionamos diante desses conceitos.

⁹ Sobre este caráter “tardio” na arquitetura brasileira, ver nosso artigo “A República da Arquitetura”.

Oitava razão: o exercício “transtemporal” e algo “anacrônico”, como se critica, dos conceitos e práticas oriundos da história e, especialmente, dos clássicos, se feito com rigor e tendo sempre claro o contexto em que foram criados, permite renovar e conferir frescor às nossas análises. Esse frescor exige tecer novas malhas teóricas, para pescarmos outros sentidos e valores dos edifícios e cidades que temos ao nosso redor, como, por exemplo, que este ou aquele edifício tem “asseio” (no sentido de esmero apurado), ou “decoro” urbano (no sentido de conveniência e articulação com os demais edifícios, com o contexto urbano e com os usos adequados). Essas qualidades são melhor capturadas, reveladas e ensinadas por conceitos, como “asseio” ou “decoro”, compreendidos em sua origem e formulação histórica no campo da Arquitetura e do Urbanismo, uma vez que não temos equivalentes no repertório conceitual da teoria contemporânea, que mais lida com a produção espetacular do *starsystem* dominante, o qual não está interessado em colher estes valores. Vale repetir: a apropriação desses conceitos pelo universo da Arquitetura e do Urbanismo fermentou-se, frequentemente, mais nos canteiros e oficinas, do que nos gabinetes e academias. Também para verificar isto, serve estudar a história da Arquitetura e do Urbanismo.

Além disto, esses contágios e fricções, entre a história e o presente, e entre os conceitos e as ações, são próprios da diversidade do urbano e de sua acumulação de estratos de tempo, culturas, desejos e práticas. Excluir a história e não fazê-la dialogar com o presente e o futuro, não oferecer a estes a alteridade com que depurar suas próprias razões, é como feudalizar nosso tempo e nosso espírito, encurralá-los e cercá-los, de modo a não serem questionados. Essa impermeabilidade ressoa em slogans dogmáticos, que se sucedem na história da Arquitetura, especialmente a partir do modernismo e das vanguardas do século 20, de Le Corbusier a Koolhaas. Contágios e fricções são fundamentais para o cidadão e o homem urbano exercitarem seu próprio espírito, e para que os conceitos não sejam reduzidos a máquinas de interpretação, máquinas sem alma.

Por fim, décima razão, justifico este estudo transtemporal da história e sua reescritura, mediante os contágios e transformações que ela sofre, se implicada no mundo das ações presentes, por uma razão local. Nós, brasileiros, jamais teremos acesso a bibliotecas e fontes como têm, por exemplo, os estudiosos da Europa e dos Estados Unidos. Só esporadicamente podemos ter acesso a tais fontes e trabalhar nelas com o tempo e a largueza exigidos para compará-las, amadurecê-las e fazê-las proporcionarem-se reciprocamente. O único limite que temos, em geral, é nossa própria diferença, precariedade e caráter “tardio” com que trabalhamos as informações e estudos que nos chegam. Isso, contudo, não é propriamente uma limitação, e favorece acentuar uma outra atividade fundamental: a capacidade de reinterpretar conceitos e formulações, contaminá-los e contagiá-los com outros contextos e tradições, aos quais eles originalmente não se ligam. Exatamente por sermos “tardios” ou “periféricos”, temos mais liberdade de agir sobre esses materiais e transformá-los, muitas vezes temperando-os com outras tradições, que, com igual liberdade, adentram em nossa cultura.⁹ Como um cadinho, *melting pot*, onde cozinhamos diferentes alimentos, nossa operação da história não trata apenas de absorvê-la, como uma esponja, mas também de apropriá-la “antropofagicamente”, como diria Oswald

de Andrade. Foi isto que fez Antônio Francisco Lisboa, no século 18, frente aos clássicos e à tradição barroca: contaminar as fontes do barroco europeu, como o português, o italiano ou o bavário, com os traços e exigências próprios ao sertão mineiro, e com outras fontes, como as orientais e a espanhola. Também esse modo de apropriar a história e as formulações do funcionalismo foi responsável pelo melhor que o modernismo brasileiro gerou, reinterpretando, ou mesmo contrariando, o purismo dos cânones do modernismo europeu e norte-americano. Também o melhor que produzimos no campo da teoria e da prática foi justamente mediante esse contágio com a história, como em Lúcio Costa e Sylvio de Vasconcellos. Bastariam estes dois autores, para demonstrarmos como a teoria e a prática relativa às construções de nossos edifícios e cidades fortaleceram-se justamente pelo estudo e transformação da história da Arquitetura, levados a cabo neste cadinho, e não por sua exclusão, como ao se pretender inventar uma teoria e uma história totalmente inéditas.

A essas dez razões aqui colocadas, outras poderiam ser acrescentadas. Mas também dever-se-ia trabalhar numa outra vertente, dedicada a temperar esse estudo da história. Ele não é suficiente para garantir uma boa resolução de nossos problemas atuais, mas apenas um, dentre outros ingredientes necessários para conformar a prática arquitetônica e urbanística. O fato de nosso ofício ser de caráter prospectivo, e não se bastar com a mera formulação de projetos, desenhos e teorias, impõe esses limites e cautela. Como ensina Eupalinos, o construtor de Samos, ao qual Paul Valéry recorre, para pensar o valor da arte de construir e a razão “arqui-técnica”, como distinta das razões da arte e da tecnologia, o pensamento e a história estão em função desse construir, e não em função de si mesmos. Diz Eupalinos ser avaro de pensamentos e projetos, mas tudo o que pensa e projeta é factível de construir.¹⁰ “*E só construo aquilo que é possível pensar.*” Próprio ao arquiteto, é pensar como se construísse, e construir como se estivesse a pensar, o que talvez seja o mais difícil dentro do mundo contemporâneo, e não só no campo relativo ao erguimento e transformação de edifícios e cidades. Antes de no canteiro de obras, a obra se ergue no “canteiro mental”, em que o arquiteto já trabalha, simula o construir e antecipa o obrar e a obra. Discutir, por exemplo, sobre o valor dos estudos históricos, frente ao homem de ação que é o construtor, tem em Nietzsche um bom ponto de partida, pois foi ele quem melhor problematizou tais estudos, sob a ótica do seu nihilismo e em paralelo aos questionamentos radicais da cultura e da razão ocidentais, empreendidos pelo final do século 19 e início do século 20, como em Freud e nas artes plásticas, de forma até mais contundente e universal do que as críticas atuais. Contudo absolutizar o nihilismo e o polo da ação conduz a um ativismo e a uma falta de alteridade, inclusive diante da história, cujo maior exemplo pode ser encontrado em Albert Speer e os totalitarismos políticos e arquitetônicos que frequentaram o século 20, e cujas condições antropológicas e culturais nos parecem ser reeditadas no mundo contemporâneo, inclusive na Arquitetura e no Urbanismo. Condições estas que, a seguir as considerações de Max Picard em *O homem do nada*, não apenas não foram eliminadas, como se tornaram mais profundamente arraigadas em nosso modo de ser *high-tech*, seja enquanto indivíduos e arquitetos, seja enquanto cidadãos e comunidades. Mas isto foi tema de outra reflexão no referido Colóquio, e é melhor não nos estendermos por demais aqui.

¹⁰ Cf. VALÉRY, Paul. *Eupalinos*, p. 51.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Leon Battista. *De re aedificatoria*. L'architettura (a cura de Renato Bonelli e Paolo Portoghesi). Trad. Giovanni Orlandi. Milano: Il Polifilo, 1966. 2v.
- ALBERTI, Leon Battista. *Profugiorum ab erumna libri* (a cura di Giovanni Ponte). Genova: Tilgher-Genova, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *A origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984. 276p.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. 375p.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A república da Arquitetura. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p.8-20, set./out./nov. 2003.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Transtemporalidade. *Revista Interpretar Arquitetura*, Belo Horizonte, UFMG, n. 15, 2010. Acessado em 18/04/2012: <http://www.arq.ufmg.br/ia>.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 279p.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006. 366p.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos de Heliana Angotti Salgueiro. Trad. Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001. 323p.
- PICARD, Max. *L'homme du néant*. Traduction de l'allemand par Jean Rousset. Neuchâtel: Éditions de La Balconnière; Paris: Éditions du Seuil, 1963. 222p.
- TAFURI, Manfredo. *Teorias e História da Arquitetura*. Trad. Ana Brito e Luis Leitão. São Paulo: Martins Fontes/Presença, 1979.
- VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou o arquiteto*. Trad. Olga Reggiani. São Paulo: Editora 34, 1996. 189p.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Difel, 1986. 95p.

Nota do Editor

Data de submissão: novembro 2011

Aprovação: março 2012

Carlos Antônio Leite Brandão

Professor de História da Arquitetura na Escola de Arquitetura da UFMG, pesquisador do CNPq, graduado em Arquitetura (UFMG), com mestrado e doutorado em filosofia (ambos na UFMG) e pós-doutorado desenvolvido junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales e à Société Internationale Leon Battista Alberti, em Paris. Dentre seus livros principais, destacam-se *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, *A formação do homem moderno vista através da Arquitetura*, *Profissões do futuro* e *As cidades da cidade*.

UFMG - Escola de Arquitetura, Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura
Rua Paraíba, 697. Departamento ACR - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG, Brasil
(31) 3269-1860
brandao@arq.ufmg.br